



Comitê da Bacia dos Afluentes do Baixo Iguaçu

Secretaria Executiva: Rua Santo Antônio, 239 | Rebouças | Curitiba/PR
| CEP: 80.230.120

www.iat.pr.gov.br/Pagina/Comite-da-Bacia-dos-Afluentes-do-Baixo-Iguaçu

ATA DA 3ª REUNIÃO DA CTINS DO COMITÊ DA BACIA DOS AFLUENTES DO BAIXO IGUAÇU, INSTITUÍDO PELO DECRETO ESTADUAL nº 8.923 DE 10 DE SETEMBRO DE 2013.

1 Ao terceiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e trinta minutos,
2 por meio da plataforma de videoconferência Zoom pela URL
3 [<https://www.youtube.com/watch?v=0wUjuklg2F0>], foi realizada a 3ª Reunião da Câmara Técnica
4 de Instrumentos de Gestão – CTINS do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Baixo Iguaçu,
5 diante da presença de: **LUCINEIDE APARECIDA MARANHO** e **THAIS COSTACURTA PARMIGIANI** da
6 Secretaria Executiva (Instituto Água e Terra); **ANDRESSA APARECIDA ZANROSSO KERKHOFF**, da
7 Cooperativa Coopertradição; **DENISE RAUBER**, da UTFPR campus Pato Branco; **KELLEN BRAUN**
8 **TONUS**, da Sanepar; **MAURICIO ROMERO GORENSTEIN**, da UTFPR campus Dois Vizinhos. Também
9 esteve presente como convidado, o sr. **EDENILSON ALBANI**, da Sanepar. **1. ABERTURA:** O sr.
10 Edenilson Albani iniciou com algumas considerações sobre o 1º Encontro Estadual de Comitês de
11 Bacias do Paraná – EECOB/PR que aconteceu em Matinhos e passou a palavra para a coordenadora
12 da CTINS, a sra. Andressa Kerkhoff. **2. REVISÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO**
13 **DO PLANO DE BACIA:** Iniciando a Revisão do Termo de Referência, a sra. Andressa informou que o
14 sr. Edenilson Albani, através do e-mail, havia sugerido alterações na ETAPA 1: Diagnóstico sucinto
15 da Unidade Hidrográfica, acrescentando os dados nos usos insignificantes totalizados no diagnóstico
16 de demandas hídricas atuais. O sr. Edenilson explicou a necessidade de quantificação dos usos
17 considerados insignificantes, principalmente de água subterrânea. A sra. Kellen Braun Tonus e a sra.
18 Andressa Kerkhoff complementaram e concordaram com a alteração. No Balanço de disponibilidade
19 e demandas, a sra. Andressa informou que o sr. Edenilson propôs a inclusão do período de 50 a 100
20 anos. A coordenadora da CTINS, sra. Andressa Kerkhoff, também incluiu um diagnóstico de Áreas
21 de Preservação Permanente - APPs, mesmo já existindo um item na análise do meio biótico. A sra.

22 Kellen, o sr. Ednilson e o sr. Mauricio complementaram a colocação e concordaram com as
23 alterações já que as APPs impactam na qualidade e quantidade da água. Neste momento, a sra.
24 Thais informou que a sra. Denise Rauber havia se manifestado através do chat relatando que esses
25 dados de propriedades serão observados no Cadastro Ambiental Rural – CAR. A sra. Denise
26 complementou ainda a necessidade de indicar o formato das avaliações das APPs em adição ao CAR.
27 A sra. Andressa acrescentou que existe uma grande quantidade de Cadastros que ainda não foram
28 homologados pelo IAT. A sra. Denise indicou ainda o levantamento por satélite e cartas do exército,
29 como alternativas. O sr. Maurício enfatizou a imprecisão do CAR e acrescentou ainda que deve ser
30 feito um mapeamento das nascentes e matas ciliares, a sra. Denise Rauber concordou. A sra. Kellen
31 Braun sugeriu que o CAR fosse retirado do método de diagnóstico das APPs, o que foi aprovado pelo
32 grupo. Voltando para o item premissas, o sr. Maurício acrescentou Planos Municipais da Mata
33 Atlântica, EIA / RIMAs, Planos Municipais de Recursos Hídricos, Planos Municipais de Resíduos
34 Sólidos e Plano Municipal de Arborização Urbana. Pela sugestão da sra. Denise, Relatórios
35 Ambientais Simplificados – RAS também foram incluídos. Continuando nas contribuições das
36 premissas, o sr. Maurício acrescentou o zoneamento ecológico e econômico do estado do Paraná.
37 No item 4 do termo de referência, o sr. Maurício questionou o uso exclusivo de fontes secundárias
38 pela contratante. A sra. Denise Rauber, no mesmo parágrafo, também questionou a frase que
39 informa que deverão ser evitados diagnóstico excessivamente detalhados. O sr. Maurício também
40 questionou o aproveitamento das informações do Plano Estadual de Recursos Hídricos – PLERH já
41 que o mesmo é generalista e não possui dados atualizados. O sr. Maurício sugeriu ainda o estudo
42 do Plano de Bacia e do termo de referência das Bacias de Piracicaba, Capivari e Jundiaí – PCJ. Após
43 isso, foi sugerido pela sra. Denise Rauber que o parágrafo em discussão fosse substituído pela
44 seguinte frase: O diagnóstico deverá ter condições de contribuir de forma relevante para os
45 objetivos do Plano. O sr. Maurício Gorenstein sugeriu a mudança da palavra relevante pela palavra
46 efetiva. O sr. Ednilson, presidente do Comitê, enfatizou a necessidade da marcação das alterações
47 para facilitar a apresentação para o pleno. Posteriormente, o sr. Maurício questionou a utilização
48 do termo afluentes de 1º ordem pois pode causar confusão com a hierarquização dos rios, sugerindo
49 a utilização de apenas os principais afluentes. O sr. Ednilson sugeriu também a opção de adicionar
50 uma explicação para o termo, sendo que foi acordado pelo grupo a eliminação do termo. Após isso,
51 na parte referente às áreas de conservação atuais e futuras e também rios designados como atuais
52 ou futuros mananciais de abastecimento público, o sr. Maurício questionou quem irá definir este
53 critério. A sra. Kellen informou que a Sanepar pode ser consultada referente aos atuais e futuros

54 mananciais. No item que discorre sobre a etapa 5, o professor Maurício introduziu as práticas de
55 conservação do solo e práticas agrícolas sustentáveis nas outras ações que aquelas listadas no Plano
56 de Elaboração do Enquadramento. O sr. Edenilson e a sra. Kellen apontaram que seria complicado
57 abordar o assunto agrotóxicos, de forma que o grupo decidiu manter apenas a inclusão das práticas
58 de conservação do solo. O sr. Edenilson através do e-mail havia manifestado previamente alterações
59 no item Avaliação das Disponibilidades Hídricas Subterrâneas onde ficou sugerido a inclusão dos
60 usos insignificantes na produção admissível, sendo decidido pela coordenadora que pesquisas
61 seriam feitas para a formulação do parágrafo. A sra. Kellen Braun Tonus informou que o sr. Edson
62 Flessak, através do e-mail se manifestou sobre a recomendação de que a contratada, durante o
63 período de elaboração do Plano, mantenha seu escritório em Curitiba. O sr. Flessak apontou que
64 este fator acaba sendo um critério de desempate, não sendo uma cláusula justa. A secretaria
65 executiva dos comitês, também através do chat, informou que na Região Metropolitana de Curitiba
66 já existe o Decreto nº 4.435 de 29 de junho 2016 que declara as áreas de interesse de mananciais,
67 mas na região do Baixo Iguaçu seria necessário verificar com a Sanepar e serviços autônomos.
68 Iniciou-se então uma discussão pelo grupo acerca de usuários que solicitam ao Instituto Outorga
69 além do utilizado por segurança, não sendo possível a liberação pra outros usuários e como incluir
70 este assunto no termo de referência. No item Diagnóstico das demandas hídricas atuais, nas fontes
71 de poluição, foi incluído o item Pecuária e o levantamento de informações dos resíduos e dejetos
72 produzidos por estas atividades. Outro item incluído foi a Agricultura com o detalhamento da
73 erosão, sedimentação e poluição difusa. Já no item Definição das Áreas Estratégicas de Gestão de
74 Bacia Hidrográfica (AEGs), o sr. Maurício apontou que o parágrafo informa que o Plano Estadual não
75 especificou quais seriam as Áreas Estratégicas de Gestão, sendo que existem AEGs no plano para
76 esta região, sendo necessário a confirmação pela empresa contratada. A sra. Thais compartilhou o
77 produto 2.1 do Plano Estadual de Recursos Hídricos na parte de Áreas Estratégias de Gestão (AEGs).
78 Assim, o sr. Maurício formulou a frase a ser alterada, ficando apresentada na forma: A contratada
79 deverá verificar se as 5 unidades estratégicas de gestão estão de acordo com os critérios definidos
80 para a gestão da bacia. Além disso, a primeira frase do parágrafo foi suprimida. Após isso, no item
81 Diagnóstico de Uso e Ocupação do Solo, ficou acordado que o Sr. Maurício iria verificar se a escala
82 de 1:50.000 está adequada. No item 14, escritório da contratada, o primeiro parágrafo ficou
83 alterado pelos senhores Edenilson, Kellen e Andressa, da forma: A contratada, durante a vigência
84 do contrato, mantenha um escritório em Curitiba. O sr. Edenilson e a sra. Kellen comentaram sobre
85 a diferença do termo de referência e do contrato para a elaboração do Plano de Bacia. O sr. Maurício

86 ainda questionou ainda sobre a equipe e profissionais necessários para a elaboração do Plano.
87 Sobre este assunto a sra. Kellen sugeriu a inclusão de um item específico. O sr. Ednilson e a sra.
88 Kellen solicitaram ao IAT um modelo de contrato utilizado por outro comitê. Para a continuação da
89 revisão do Termo de Referência foi agendado uma nova reunião da CTINS para as dez horas do dia
90 dezessete de agosto de dois mil e vinte e três. **3. ENCERRAMENTO:** Após isso, deu-se por encerrada
91 a 3ª Reunião da CTINS do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Baixo Iguaçu, da qual se
92 lavrou a presente Ata, que vai assinada por mim, **THAIS COSTACURTA PARMIGIANI**, relator “*ad hoc*”
93 que o secretariei, pela Coordenadora da Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão do Comitê de
94 Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Baixo Iguaçu, **ANDRESSA APARECIDA ZANROSSO KERKHOFF** e
95 pelos demais representantes presentes.

ANDRESSA APARECIDA ZANROSSO KERKHOFF

Coordenadora da CTINS do CBH dos Afluentes do Baixo Iguaçu